



Revista Brasileira de  
**CIÊNCIAS DO ESPORTE**

[www.rbceonline.org.br](http://www.rbceonline.org.br)



ARTIGO ORIGINAL

## Associações e dissociações no campo da educação física: para onde vai o trabalho dos grupos de trabalho?



Gilmar de Carvalho Cruz<sup>a,b,\*</sup>, Leticia Beatriz Santana Caparroz<sup>c</sup>,  
Evelline Cristhine Fontana<sup>c</sup>, Rogerio Correa<sup>c</sup> e Ilma Célia Ribeiro Honorato<sup>d</sup>

<sup>a</sup> Departamento de Educação Física, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR, Brasil

<sup>b</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil

<sup>c</sup> Graduação em Educação Física, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, Brasil

<sup>d</sup> Departamento de Educação Física, Faculdade Guairacá, Guarapuava, PR, Brasil

Recebido em 11 de setembro de 2012; aceito em 19 de abril de 2013

Disponível na Internet em 22 de agosto de 2015

### PALAVRAS-CHAVE

Educação física;  
Inclusão escolar;  
Produção científica;  
Grupos de trabalho

**Resumo** Reflexão apoiada na produção científica relacionada à educação física e inclusão escolar publicada na Revista Brasileira de Ciências do Esporte de 2000 a 2010. Efetuou-se levantamento e avaliação dos trabalhos revisados a partir de suas palavras-chave, objetivos, metodologias, resultados e conclusões. O tema inclusão escolar no campo da educação física foi pouco abordado na produção científica veiculada na Revista, a despeito de ser assunto gerador de inquietações acadêmico-profissionais. Esse fato pode contribuir para fragilizar a compreensão dos profissionais da área sobre a relação entre educação física e inclusão escolar e remete a reflexões de interesse sobre a função de associações científicas no diálogo com questões presentes no cotidiano da intervenção profissional.

© 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos os direitos reservados.

### KEYWORDS

Physical education;  
School inclusion;  
Scientific production;  
Working groups

**Associations and dissociations in the field of physical education: to where is it going the work of the working groups?**

**Abstract** Review of the scientific literature related to Physical Education and School Inclusion published in the Revista Brasileira de Ciências do Esporte from 2000 to 2010 by survey and evaluation of the revised papers based on key words, objectives, methodologies, results and conclusions. The School Inclusion in the field of Physical Education was rarely addressed in the scientific production published in the Revista, despite being a subject which generates

\* Autor para correspondência.

E-mail: [gilmalcruz@gmail.com](mailto:gilmalcruz@gmail.com) (G.C. Cruz).

academic and professional concern. This may contribute to undermining the understanding of professionals about the relationship between Physical Education and School Inclusion, and refers to reflections on the role of scientific associations in the dialogue with issues from the daily routine of the professional intervention.

© 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda. All rights reserved.

### PALABRAS CLAVE

Educación física;  
Inclusión escolar;  
Producción científica;  
Grupos de trabajo

### Asociaciones y disociaciones en el campo de la educación física: ¿a dónde va el trabajo de los grupos de trabajo?

**Resumen** Análisis de la producción científica relacionada con la educación física y la inclusión escolar en la Revista Brasileira de Ciências do Esporte de 2000 a 2010 tras el estudio y la evaluación de los trabajos revisados a partir de palabras clave, objetivos, metodologías, resultados y conclusiones. El tema de la educación física y la inclusión escolar se ha abordado poco en la producción científica publicada en la Revista a pesar de tratarse de un asunto que genera inquietudes académicas y profesionales. Este hecho puede contribuir a menoscabar la comprensión de los profesionales sobre la relación entre educación física e inclusión escolar, y remite a reflexiones de interés sobre la función de asociaciones científicas en el diálogo con cuestiones cotidianas de la intervención profesional.

© 2015 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda. Todos los derechos reservados.

## Reflexões preliminares

Discussões e proposições acerca de políticas educacionais relacionadas à escolarização de pessoas que apresentam necessidades especiais estão acontecendo em níveis municipal, estadual, federal e mundial. O debate em torno dessa questão aponta para a definição de políticas educacionais inclusivas, isto é, orientadas para o atendimento de alunos com necessidades especiais em ambientes regulares de ensino. A questão da formação profissional inicial e/ou continuada encontra-se com frequência nessas discussões – quer sejam mais acadêmicas, profissionais ou políticas – que se referem à inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais (Brasil, 2011, 2009, 2008; Mendes, 2006; Michels, 2006). Nesse sentido, os debates acadêmicos que dão suporte aos professores inseridos na educação básica precisam ser aprimorados e devem estar mais próximos das questões vivenciadas no dia a dia de intervenções profissionais relacionadas a pessoas que apresentam necessidades especiais.

A universidade, particularmente no que se refere à formação de professores, estabelece uma relação de interdependência com esse complexo e dinâmico processo. Não é de hoje que a tensão observada entre conhecimento científico e intervenção profissional é alvo de discussões acadêmicas, como as encontradas nas reflexões de Betti (1996, 2005) e Lawson (1999, 2007), por exemplo. Historicamente estabelecemos, particularmente no campo da educação física, uma cisão na relação entre teoria e prática que fragiliza sobremaneira a pretensa harmonia entre formação acadêmica e intervenção profissional. A esse respeito, antes mesmo de nos aproximarmos de Schön (1997,

2000), Pérez Gómez (1997) e Perrenoud (1999, 2002), podemos recorrer a Freire (2002), para quem prática sem reflexão é ativismo e reflexão sem prática é verbosidade. Desde 1994, com a publicação da Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), nos fazemos acompanhar pelo fantasma do fechamento das escolas especiais.

Mais recentemente, uma espécie de efeito Salamanca ressurgiu. Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, versão preliminar de 2007 (Brasil, 2007) e versão final de 2008 (Brasil, 2008), novamente presenciou-se a mobilização de algumas escolas especiais devido ao fantasma de seu fechamento. Há uma proposição manifesta nos referidos documentos de criação/incremento de Centros de Atendimento Especializado. Nessa direção tanto as Diretrizes da Educação Especial para a Educação Básica, de 2001 (Brasil, 2001), quanto a LDB 9.394, de 1996 (Brasil, 1996), apontam para a figura do *atendimento especializado*.

No caso específico da educação física, o tema *inclusão* representa uma inequívoca provocação para a área, principalmente se ampliarmos a ideia de *inclusão* para além do atendimento escolar de pessoas com necessidades especiais. Afinal de contas, tradicionalmente nossas aulas são *inclusivas*? Isto é, garantem a participação efetiva de todos os alunos? Pensar nesse assunto exige profundidade para que consigamos alcançar, na discussão, a própria educação física. Para instigar o aprofundamento nessas questões, relevantes para nosso aprimoramento acadêmico-profissional, vale compartilhar reflexão elaborada por Gomes et al. (2010). O fato de esses autores não se intitularem “da educação física adaptada” permitiu uma reflexão *desterritorializada*, desprovida do temor da aclamada socialização

de saberes, permeada por relações caracterizadoras do campo acadêmico-científico, compreendido aqui como um “lugar de relações de força [...] e de lutas que visam a transformá-las ou conservá-las” (Bourdieu, 2004, p. 170). Portanto, o referido ensaio, assentado no pensamento de Bauman, não desgarras de questões viscerais da educação física, ao mesmo tempo em que não a adjetiva.

Os debates em torno desse assunto indicam a educação física adaptada como o ramo da educação física que tem por objetivo “o estudo e a intervenção profissional no universo das pessoas que apresentam diferentes e peculiares condições para a prática das atividades físicas” (Pedrinelli e Verenguer, 2008, p. 4). Já há algum tempo a educação física encontra-se em fase de transformações e conflitos e engloba distintas perspectivas teóricas. O antológico debate *Mas, afinal, o que é educação física*, realizado em meados da década de 1990 e reeditado no XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte (Conbrace, 2011), ilustra essa assertiva. A formação acadêmica pode ser compreendida como básica para a formação profissional (Tani, 1996), a depender de inúmeros fatores, como maturidade acadêmica, qualidade do corpo docente, necessidades do mercado de trabalho e realidade social onde está inserida (Lovisoló, 1996). Supõe-se essa formação acadêmica estar amparada em conhecimentos acadêmico-científicos, para melhor compreensão da realidade social e profissional com vistas a uma ação nela mais efetiva. Em nossa realidade social o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais tem sido alvo de estudos e acaloradas discussões no meio educacional.

No centro dessas discussões apresenta-se, em grande medida, o apontamento de que a inclusão requer do professor uma preparação profissional academicamente sustentada. Para Freitas (2006), pensar em inclusão de alunos com necessidades especiais nos leva a uma reflexão sobre a formação do professor e as práticas pedagógicas atuais. Diante do calor presente nas discussões relacionadas à inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais chamam a atenção algumas compreensões a respeito do ordenamento legal referente ao assunto. Ainda é possível perceber esse assunto como algo novo no cenário brasileiro. No entanto, se nos reportarmos ao Decreto 3.298 (Brasil, 1999), ao Decreto 914 (Brasil, 1993) e à Lei 7.853 (Brasil, 1989), observaremos que a preocupação com a efetivação da escolarização de pessoas com necessidades especiais não surge no Brasil após a Declaração de Salamanca. Não podemos perder de vista, no entanto, que a produção acadêmico-científica, fruto desse diálogo com demandas sociais historicamente construídas e de algum modo traduzidas nesses textos legais, vem se adensando nas últimas duas décadas. Nesse sentido, é de se esperar que a comunidade acadêmico-científica alinhada com seu ambiente social, e com ele dialogando, se interesse por temáticas que elucidem inquietações profissionais cotidianas. Principalmente se assumirmos que a intervenção profissional não pode prescindir de uma base científica que lhe dê o devido apoio, sem reducionismos teórico-metodológicos. Cumpre destacar a existência de um Grupo de Trabalho Temático (GTT) denominado a partir de 2009 Inclusão e Diferença, inserido no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). O CBCE é uma associação científica que há mais de três décadas congrega interesses acadêmicos

e profissionais relacionados ao campo da educação física. O GTT Inclusão e Diferença, de acordo com sua atual ementa:

Acolhe trabalhos que tratam de um campo de conhecimento das ciências sociais, humanas e biológicas na sociedade, escola e educação física entendendo as diferenças em seus múltiplos sentidos identitários de pessoas posicionadas nas suas classes sociais, econômicas, culturais, de etnia, gênero, religiosidade, com necessidades especiais etc., e que produzem e são produzidas na inclusão/exclusão (CBCE, 2012).

Essa denominação, Inclusão e Diferença, foi adotada a partir do Conbrace de 2009, quando o GTT apresentava como ementa: “Estudos sobre as especificidades e os sentidos da deficiência inerente às pessoas portadoras de necessidades especiais feitos no âmbito da educação física, entendida como área de conhecimento, tanto a partir do referencial das ciências sociais quanto das biológicas” (Conbrace, 2009). A temática “Pessoas portadoras de necessidades especiais” consolida-se, no âmbito dos GTTs, nos debates feitos no XII Conbrace, em 2001. Os Grupos de Trabalho Temático passam a configurar a estrutura do Conbrace a partir de sua décima edição, em 1997 (Paiva, 2006). Todavia, a despeito do incremento no espaço destinado aos debates sobre educação física e esportes no que diz respeito a pessoas com necessidades especiais, Oliveira (2003, p. 118) observa “pouca divulgação do trabalho de pesquisadores e professores que atuam junto aos deficientes nos veículos de divulgação do Colégio” (CBCE) entre 1978 e 1999.

No início do século XXI, é possível perceber a intenção de estabelecer uma relação mais efetiva entre os GTTs vinculados ao CBCE e a produção veiculada pela RBCE. Não se pode perder de vista nessa proposição a influência definida pela organização da pós-graduação e da pesquisa no país, via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no fim da década de 1990. A esse respeito Damasceno (2011, p. 250) observa que “a ideia de desaguar a produção teórica veiculada e debatida nos GTTs indicava êxito inequívoco”. Todavia, se Soares e Daolio (2004) – na busca de rigorosa produção acadêmico-científica para a área – indicavam a possibilidade de encaminhamento dos melhores trabalhos dos GTTs para a RBCE, contraditoriamente,

Pode-se afirmar, pelo que foi impresso na RBCE, após a criação dos GTTs (1997) e a desejável contribuição mútua entre tais mecanismos de disseminação do conhecimento da área acadêmica da educação física, que a produção científica divulgada no âmbito dos GTTs, apenas, minoritariamente tem sido encaminhada para análise e possível publicação na RBCE. Esse fato incontestável requer uma detida discussão acerca da atual política científica ou, melhor dizendo, da maneira como vêm sendo estabelecidos os GTTs e suas práticas no interior do CBCE (Ferreira Neto, 2003, p.8).

Desse modo, importa analisar em que medida as contradições socioeducacionais pertinentes à temática da inclusão escolar e suas implicações no campo da educação física estão sendo veiculadas na Revista Brasileira de

**Tabela 1** Inclusão educacional

Título	Inclusão educacional: intenções do projeto em curso
Palavras-chave	Neoliberalismo, inclusão escolar, deficiência
Objetivo	Discutir as políticas públicas educacionais vinculadas ao princípio da inclusão

Fonte: Autores.

Ciências do Esporte (RBCE). Esse periódico há mais de três décadas contribui na disseminação do conhecimento produzido pela e na educação física. Para a atuação em cenários educacionais inclusivos não basta apenas experiência na área, mas também é fundamental o conhecimento teórico e científico. Nesse sentido, a presente pesquisa objetivou analisar a produção científica sobre educação física e inclusão escolar em um periódico tradicional da educação física (RBCE) na primeira década do século XXI. Interessa particularmente a RBCE por sua vinculação ao CBCE, que tem em sua organização um Grupo de Trabalho Temático com foco específico na relação entre educação física/esporte e pessoas que apresentam necessidades especiais. Vale mencionar que em seu Estatuto o CBCE define como um dos objetivos dos Grupos de Trabalhos Temáticos “fomentar e organizar a reflexão, a produção e a disseminação de conhecimento” (CBCE, 2006). Para fazer a discussão proposta foram levantadas as edições da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE) publicadas de 2000 a 2010. Após esse levantamento foram selecionados, a partir dos títulos dos artigos, aqueles relacionados com o tema do estudo. A confirmação da pertinência dos artigos ao objetivo da pesquisa aconteceu por ocasião da leitura de seus resumos. Na sequência, artigos de interesse à discussão foram reunidos a partir de suas palavras-chave, metodologias, resultados e conclusões.

## Discussão sobre inclusão na Revista Brasileira de Ciências do Esporte entre 2000 e 2010

Apresentamos abaixo as tabelas com os artigos encontrados que abordaram o tema inclusão no contexto da educação física. No trabalho *Inclusão educacional: intenções do projeto em curso* (Oliveira, 2002 – tabela 1) foi feita uma análise crítica das linhas de ações do Programa de Ações Mundial para Pessoas Deficientes (PAM). Por meio da vertente crítica da educação brasileira, apontou a necessidade de ampliação da formação proposta pelo Banco Mundial e outras agências.

O trabalho intitulado *Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI* (Costa e Sousa, 2004 – tabela 2) foi dividido em etapas, descreve a história da educação física adaptada, alguns aspectos do desporto adaptado, aponta avanços e retrocessos relacionados aos princípios da integração e inclusão. As reflexões feitas com base na inclusão proporcionaram um repensar sobre as possibilidades de percorrer novos caminhos para uma prática superadora.

**Tabela 2** Educação física e esporte adaptado

Título	Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI
Palavras-chave	Educação física adaptada, esporte adaptado, integração, inclusão, educação física inclusiva
Objetivo	Explicitar avanços, retrocessos e perspectivas da educação física e de esportes adaptados relacionados aos princípios da integração e inclusão

Fonte: Autores.

**Tabela 3** Demarcações sociais e relações didáticas na escola

Título	Demarcações sociais e as relações didáticas na escola: considerações acerca da inclusão
Palavras-chave	Inclusão educacional, dinâmica escolar, interações
Objetivo	Propor uma reflexão sobre a relevância de arranjos didáticos sugeridos pelos educadores na escola

Fonte: Autores.

O trabalho *Demarcações sociais e as relações didáticas na escola: considerações acerca da inclusão* (Rodrigues et al., 2004 – tabela 3) expõe, por intermédio de pesquisa bibliográfica e documental, alguns fatos marcantes acerca da inclusão. Conclui que os obstáculos para potencializar a renovação dos arranjos didáticos esbarram em demarcações pessoais já construídas.

O trabalho *Didática da educação física e inclusão* (Falkenbach et al., 2007 – tabela 4) fez estudo de caso com o uso de observação. A partir das compreensões das práticas educativas, percebeu-se que a didática da educação física pode fazer avanços ao refletir mais sobre as possibilidades na ação de inclusão escolar.

O trabalho intitulado *Linguagem discriminatória e etno-métodos de exclusão nas aulas de educação física* (Silva e Devede, 2009 – tabela 5) fez observação participante sistemática e identificou metáforas discriminatórias usadas pelos alunos em aulas de educação física.

**Tabela 4** Didática da educação física e inclusão

Título	Didática da educação física e inclusão
Palavras chave	Didática da educação física, inclusão, estudo de caso
Objetivo	Descrever a ação pedagógica nas aulas de educação física com foco nas crianças que têm necessidades educacionais especiais

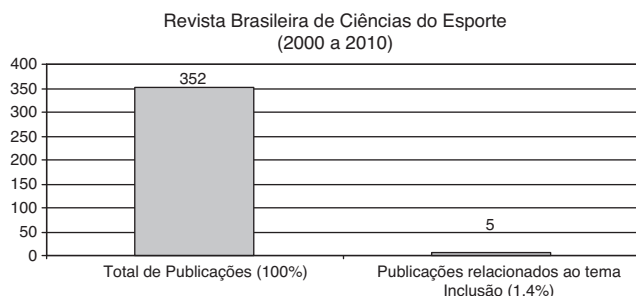
Fonte: Autores.



**Tabela 5** Linguagem discriminatória e etnométodos de exclusão

Título	Linguagem discriminatória e etnométodos de exclusão nas aulas de educação física
Palavras-chave	Educação física, etnometodologia, exclusão, inclusão
Objetivo	Identificar e mapear as metáforas discriminatórias durante as aulas de educação física

Fonte: Autores.

**Figura 1** Publicações da RBCE relacionadas à inclusão – 2000 a 2010.

Fonte: Autores.

A Revista Brasileira de Ciência do Esporte publicou, de 2000 até 2010, 352 trabalhos. Dessas publicações cinco disseram respeito a temas relacionados à inclusão de pessoas com necessidades especiais e perfazem um percentual de 1,4% de publicações relacionadas à inclusão de alunos com necessidades especiais no contexto da educação física (fig. 1).

Diante de tais resultados, podemos dizer que a produção científica relacionada à inclusão no âmbito da educação física publicada na Revista Brasileira de Ciências do Esporte entre 2000 e 2010 foi incipiente. Do total de artigos publicados no período investigado, 1,4% se deteve sobre o tema mencionado. Se, por um lado, esse é um tema que gera muito desconforto no universo profissional, parece que o mesmo não ocorre na esfera acadêmica.

### Afinal, que considerações?

A RBCE é um periódico de referência na área da educação física. Nas publicações revisadas, encontramos o relacionamento entre educação física e inclusão escolar pouco abordado. Isso pode ser explicado por não se tratar de um periódico específico sobre educação especial ou inclusão escolar. Mas também podemos assumir que os autores não deram muita ênfase à relação entre educação física e inclusão escolar, ou educação especial, dentro do período investigado em um periódico que aborda múltiplas áreas da educação física. Sabemos que por se tratar de um assunto que necessita de estudos, pesquisas e experiências a respeito há muito ainda o que se estudar. No entanto, as informações reunidas no período destacado indicam que

esse tema é pouco abordado na produção científica veiculada na RBCE. Esse fato pode contribuir para fragilizar a compreensão dos profissionais da área sobre a relação entre educação física e inclusão escolar.

Ao relacionarmos a última década de existência da RBCE com sua primeira década, percebemos que do ponto de vista quantitativo o volume de trabalhos publicados relacionados à efetiva participação de pessoas com necessidades especiais no campo da educação física não há diferença importante. Do ponto de vista qualitativo, isto é, levando em consideração os aspectos teóricos e metodológicos dos artigos publicados, também observamos trabalhos que se assemelham em seus objetos e metodologias de investigação. Essa é uma constatação que merece reflexão, haja vista mudanças no cenário social e político em que nos encontramos atualmente. Se a produção científica é importante para dar consistência à formação profissional de uma determinada área e consequentemente à intervenção profissional que lhe cabe em decorrência das demandas sociais de seu entorno, é desejável que ela problematize questões que não distanciem suas práticas científicas de suas práticas profissionais.

Se reunirmos essa primeira década de publicações da RBCE, no mesmo período, à da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, notamos uma espécie de homologia nas publicações veiculadas em ambos os periódicos. Essa mesma homologia continua presente nas publicações veiculadas na primeira década do século XXI da RBCE. Não fosse pelas diferenças históricas gritantes, poderíamos acompanhar esse fato sem qualquer apreensão. Esse aparente congelamento no tempo merece uma análise mais atenta. Mesmo se assumirmos que a produção relacionada à inclusão escolar no âmbito da educação física se encontra diluída em outros periódicos da área – como no já mencionado trabalho de [Gomes et al. \(2010\)](#), por exemplo – é de se notar a incipiência da discussão se levarmos em conta as polêmicas e os debates calorosos que nos tomam, por exemplo, nas discussões presentes no cotidiano escolar. Se associarmos a essa timidez na produção relacionada à inclusão escolar com a existência do GTT Inclusão e Diferença no âmbito do CBCE, ao qual se encontra vinculada a RBCE, podemos levantar como possíveis hipóteses explicativas: a) a fragilidade dos trabalhos apresentados no GTT Inclusão e Diferença ao serem submetidos ao referido periódico; ou b) a não submissão desses trabalhos.

Na estrutura atual da produção e disseminação de conhecimento em nosso país, em grande medida balizada pelos ditames da Capes, faz sentido que não se criem confrarias alimentadas por mecanismos endógenos de autopublicação. Entretanto, cabe refletir sobre a própria contribuição a ser dada pelos Grupos de Trabalho Temáticos na disseminação regular de conhecimentos produzidos por associações científicas que fortaleçam uma determinada área, como no caso a educação física, a partir de suas contribuições específicas. Importa, portanto, ressignificar os espaços de discussões existentes em eventos organizados por associações científicas a fim de que sejam aproveitados com vistas ao aprimoramento tanto da produção quanto da disseminação dos trabalhos acadêmicos que as caracterizam. Desse modo, mais do que o fator de impacto, talvez deva preocupar-nos o impacto, de fato, daquilo que produzimos nesses ambientes acadêmico-profissionais.

## Financiamento

CNPq (bolsa de iniciação científica).

## Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## Referências

- Betti M. *Por uma teoria da prática*. *Motus Corporis*, Rio de Janeiro 1996;3(2):73-127.
- Betti M. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo 2005;19(3):183-97.
- Bourdieu P. *Coisas ditas*. 1<sup>a</sup>. Reimp. São Paulo: Brasiliense; 2004.
- Brasil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: DOU, 18 de novembro de 2011.
- Brasil. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: DOU, 30 de janeiro de 2009.
- Brasil. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de fevereiro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2.txt>>. Acesso em: 07 abr. 2012.
- Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008). Ministério da Educação. Brasília, 2008.
- Brasil. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (versão preliminar). Ministério da Educação. Brasília, 2007.
- Brasil. Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.832, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa portadora de Deficiência. Brasília, 1999.
- Brasil. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/Leis/L9394.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2010.
- Brasil. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- Brasil. Decreto no 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa portadora de Deficiência. Brasília, 1993.
- Brasil. Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Brasília, 1989.
- CBCE. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Estatuto. Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/br/cbce/estatuto.asp>>. Acesso em 11 Set. 2012.
- CBCE. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. GTT Inclusão e Diferença. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/br/gtt/gtt.asp?id=14>>. Acesso em: 11 Set. 2012.
- Conbrace. XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Painel Literário: Temas polêmicos da Revista Movimento. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.conbrace.org.br/content/?m=6&c=1>>. Acesso em: 18 ago. 2012.
- Conbrace. XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Políticas dos GTTs. Salvador, 2009. Disponível em: <<http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/schedConf/trackPolicies>>. Acesso em 18 ago. 2012.
- Costa AM, Sousa SB. Educação física e esporte adaptado: história, avanços, retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 2004;25(3):27-42.
- Damasceno LG. 30 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: educação física e a construção de uma hegemonia. Dissertação. Mestrado em Educação Física. Campinas: Unicamp; 2011.
- Falkenbach AP, Drexler G, Werle V. Didática da educação física e inclusão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas 2007;28(2):103-19.
- Ferreira Neto A. Editorial. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas 2003;24(3):7-8.
- Freire P. *Ação cultural para a liberdade*. 10<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Paz e Terra; 2002.
- Freitas SN. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: Rodrigues D. (org.) *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.
- Gomes IM, Almeida FQ, Bracht V. O local da diferença: desafios à educação física escolar. *Pensar a prática*. Goiânia 2010;13(1).
- Lawson HA. Education for social responsibility: preconditions in retrospect and in prospect. *QUEST*, Champaign 1999(51): 116-49.
- Lawson HA. *Renewing the core curriculum*. *QUEST* 2007(59): 219-43.
- Lovisolio H. Hegemonia e legitimidade nas ciências dos esportes. *Motus Corporis*, Rio de Janeiro 1996;3(2):51-72.
- Mendes EG. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* 2006;11(33):387-405.
- Michels MH. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. *Revista Brasileira de Educação* 2006;11(33): 406-23.
- Oliveira CB. Inclusão educacional: Intenções do projeto em curso. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas 2002;23(2):31-42.
- Oliveira CB. Políticas educacionais inclusivas para a criança deficiente: concepções e veiculações no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte 1978/1999. Dissertação. Mestrado em Educação Física. Campinas: Unicamp; 2003.
- Paiva FSL. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE. In: Dacosta L. (Org.) *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEE, 2006.
- Pedrinelli VJ, Verenguer RCG. Educação física adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: Gorgatti MG, Costa RF, editores. *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. 2<sup>a</sup>. ed. Barueri, SP: Manole; 2008.
- Pérez Gómez A. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. 3.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 93-114.
- Perrenoud P. *Formar professores em contextos sociais em mudança: prática reflexiva e participação crítica*. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas 1999(12):5-21.
- Perrenoud P. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica*. Porto Alegre: Artmed; 2002.
- Rodrigues GM, Lima SMT, Duarte E. Demarcações sociais e as ralações diádicas na escola: considerações acerca da inclusão. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas 2004;25(3):43-56.
- Schön D. *Formar professores como profissionais reflexivos*. In: Nóvoa A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. 3.ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 77-91.

- Schön D. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; 2000.
- Silva CAF, Devide FP. Linguagem discriminatória e etnométodos de exclusão nas aulas de educação física escolar. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas 2009;30(2):181-97.
- Soares CL, Daolio J. Editorial. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas 2004;25(3):7-8.
- Tani G. Cinesiologia, educação física e esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. *Motus Corporis*, Rio de Janeiro 1996;3(2):9-50.